

Impacto Ambiental e Económico das Energias Renováveis: o Caso da Região Ultraperiférica dos Açores

José Manuel Rosa Nunes

Departamento Economia e Gestão, Universidade dos Açores

O arquipélago dos Açores, situado geograficamente na zona central do Atlântico Norte, foi considerado uma das regiões ultraperiféricas Europeias, aquando da assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, momento em que pela primeira vez os países membros comunitários reconheceram a existência de um conjunto de regiões, partes integrantes do território nacional de alguns deles, pelas suas características próprias, a que não é estranho o seu pouco desenvolvimento socio-económico.

As políticas desde então definidas baseiam-se nas desvantagens, não só associadas aos aspectos da insularidade das regiões, mas igualmente ao maior ou menor afastamento das mesmas dos centros neurálgicos do espaço europeu comunitário. Consideradas regiões únicas no espaço comunitário europeu, foram definidas as características de base identificadoras da ultraperiféricidade, como: a difícil acessibilidade aos restantes países membros, reforçando o aspecto da insularidade; a inter-relação de dependência existente entre o pequeno número de habitantes e a dimensão reduzida dos mercados locais; a que se deve associar o número limitado de produtos, bastas vezes identificado com apenas um único, traduzindo um grau elevado de dependência económica; a inexistência no subsolo de matérias-primas a que se possa atribuir um valor económico de exploração; as que se encontram associadas as próprias condições geográficas e climáticas, factores condicionantes do desenvolvimento dos sectores primário e secundário.

Neste contexto de região insular arquipelágica e ultraperiférica a dependência dos Açores, no que concerne o ponto de vista energético é sem dúvida uma preocupação enquanto factor condicionante do seu desenvolvimento económico e social sustentado, contextualmente assumindo o conceito de desenvolvimento sustentado, particularmente desde a publicação do Relatório Beunstland, não só em termos de integração dos aspectos económico e ecológico, mas igualmente na análise política.

Considerando não só a necessidade de diminuir o muito elevado grau de dependência energética e simultaneamente, embora como região integrante do todo nacional português, contribuir para os objectivos considerados no Protocolo de Quioto, foram iniciados diversos programas regionais tendo em vista o aumento do contributo das energias renováveis na produção.

As energias do tipo renovável apresentaram-se como a alternativa ao tipo de energia clássica, de origem fóssil, admitindo-se que em termos de futuro o seu valor real viria a ser cada vez maior na medida em que representando em certos casos a única maneira de obter um mais elevado nível de autonomia energética se apresentavam muito favoráveis do ponto de vista ambiental.

Adoptando o estabelecido ao nível Comunitário, embora através de directivas com características meramente indicativas, e o papel que inevitavelmente este tipo de energia teria num futuro muito próximo, os Açores assumiram como objectivo atingir um valor de cerca de 39% de energia eléctrica de origem renovável, relativamente ao consumo bruto total de electricidade, até ao fim da actual década.

Após um início de produção de energia eléctrica, no decurso do início do século passado, através de mini-centrais hídricas, alimentadas fundamentalmente pelo regime de precipitações que caracterizam a Região, passou-se posteriormente ao estudo de viabilidade e implementação de centrais de produção geotérmica, aproveitando os reservatórios de fluidos existentes e quase em simultâneo à produção através de sistemas eólicos,

comprovando-se serem os Açores uma das zonas europeias com melhores características para este tipo de produção.

De um modo geral os benefícios decorrentes da produção de energia do tipo renovável devem se assumidos não só no que concerne aos aspectos ambientais, valorizados principalmente nas últimas décadas do século passado, como igualmente nos respeitantes aos aspectos económicos e sociais.

Tendo o contributo da produção de tipo renovável nos Açores vindo a crescer significativamente em relação à produção do tipo clássico, no caso específico a produção através de fuelóleo e gásóleo, parece-nos plausível perspectivar que, a longo prazo, a sua utilização racional contribuirá para a redução do efeito de estufa e emissão de gases ácidos, embora se deva admitir a existência de alguns impactos no que respeita ao ambiente, os quais variam na sua intensidade segundo o tipo de sistema de produção em causa. Os efeitos mais imediatos fazem-se sentir, por exemplo, no impacto visual e de ruído nas áreas de implementação das infra-estruturas com a possibilidade de afectar os ecossistemas existentes, nomeadamente em zonas protegidas onde se situam, por exemplo, as centrais de produção geotérmica.

Em termos comparativos, no entanto, o balanço é sobejamente favorável à utilização dos processos de produção através de renováveis, comparativamente com os de produção clássica, mesmo assumindo os impactos negativos que possam surgir e bastas vezes apenas temporários como aqueles que se encontram associados à fase de construção.

A nível económico e social os impactos, verdadeiramente positivos, fazem-se sentir pelo não dispêndio monetário na aquisição de produtos combustíveis fósseis – o que associado às inúmeras crises políticas e/ou às flutuações verificadas nos preços deste tipo de produtos permite um maior equilíbrio da balança comercial açoriana, aumentando o nível de segurança no abastecimento – e na criação de novos postos de trabalho igualmente associados à implementação destes novos sistemas geradores de energia eléctrica.

Prevê-se que no fim da actual década seja possível que o arquipélago produza cerca de 40% do total previsto de consumos de energia eléctrica, através de energias renováveis, permitindo assim cumprir os objectivos fixados em Quioto, através de novos programas que se encontram em fase de conclusão no âmbito da produção geotérmica e eólica.